

O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas*

César Augusto Bubolz Queirós**

49

Resumo: Neste artigo pretendo analisar a trajetória política de Plínio Ramos Coelho desde que assumiu uma cadeira como deputado estadual constituinte até o momento de sua deposição como governador do estado do Amazonas na ocasião do golpe civil-militar de 1964. Pretendo discutir a forma como as rivalidades e disputas locais e o desgaste em sua relação com as elites locais contribuíram para sua deposição. Do mesmo modo, ressaltarei sua importante posição como figura representativa do trabalhismo amazonense e a forma como sua posição política se refletiu em sua obra poética.

Palavras-chave: biografia; trabalhismo; golpe civil-militar.

Abstract: In this article I intend to analyze the political trajectory of Plínio Ramos Coelho from the time he assumed a seat as a constituent state deputy until his deposition as governor of the state of Amazonas at the time of the civil-military coup of 1964. I intend to discuss how rivalries and Local disputes and the erosion in their relationship with local elites contributed to their deposition. In the same way, I will highlight his important position as a representative figure of the Amazon labour and the way his political position was reflected in his poetic work.

Keywords: biography; labour; civil-military coup.

E se veem policiais fugindo esbaforidos
E correndo e matando ante a turba assanhada,
Porque a Ordem é Lei Velha, há muito ultrapassada!
E por terem cumprido as ordens são perseguidos,
Sem dúvida ao xadrez serão recolhidos
“Ordem e Progresso”, eis a lição olvidada!
Plínio Coelho

* Pesquisa relacionada ao projeto “De norte a sul: um estudo comparado acerca da questão social nas cidades de Manaus e Porto Alegre” com financiamento do CNPq através do edital MCTI/CNPq/Universal 14/2014.

** Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

1 COELHO, Plínio Ramos. “Estado de Direito...?”. In: COELHO, Plínio Ramos. *Voices da Amazônia*. Manaus: Imaginário, 2001, p. 174.

Neste artigo, pretendo analisar o processo de deposição do governador Plínio Ramos Coelho bem como as repercussões do golpe civil-militar no estado do Amazonas. O objetivo central é compreender as causas da deposição do governador e as justificativas apresentadas pela imprensa amazonense. Acredito que a partir da trajetória do governante deposto é possível compreender as relações e forças políticas que se digladiavam naquele contexto. Pretendo, portanto, apresentar primeiramente uma breve trajetória de sua carreira política para depois me debruçar sobre o contexto de sua cassação.

Nascido na cidade de Humaitá (AM), em 21 de fevereiro de 1920, Plínio Ramos Coelho estudou no Colégio Dom Bosco e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas, tendo sido professor da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Direito do Amazonas². Como advogado, atuou ativamente junto aos sindicatos dos trabalhadores marítimos, dos gráficos e dos portuários. Foi eleito para a Academia Amazonense de Letras em abril de 1963, para a cadeira que tem como patrono Tenreiro Aranha. Assumiu, contudo, somente em março de 1984, vinte e um anos depois. Em uma breve apresentação de seu primeiro (e único) livro de poesias, afirma que “muito cedo comecei a fazer versos, sem poesia configurada em nefélicas imagens”; tendo publicado várias delas, “buscando merecer os convites dos que me queriam em entidades literárias”³. Coelho foi ainda editor do jornal *O Trabalhista*, da empresa Difusão S/A.⁴

Plínio Coelho iniciou sua carreira política em janeiro de 1947, ao ser eleito deputado estadual constituinte pelo PTB, participando dos trabalhos da Assembleia Constituinte do Amazonas.⁵ Com a promulgação da nova constituição estadual, passou a exercer mandato ordinário. Além de Plínio Coelho, a bancada eleita em 1947 contava com diversos outros políticos que exerceram enorme influência sobre os rumos do estado do Amazonas nas décadas seguintes, como os deputados Arthur Virgílio, Menandro Tapajós, Areal Souto, Abdul Sá Peixoto, Áureo Mello, Almeron Caminha, Aristophano Antony, Carlos Melo, Jackson Cabral, João Veiga, José Negreiros Ferreira, Paulo Jobim, Alexandre Montoril, Danilo Corrêa, Homero de Miranda Leão, João Fábio Araújo, Josué Cláudio de Souza, Mendonça Júnior, Nobre da Silva, Raimundo Nicolau da Silva, Aderson de Menezes, José Francisco da Gama e Silva, Júlio de Carvalho Filho, Ney Rayol, Paulo Pinto Nery, Thomaz Meireles e Waldemar Machado da Silva.⁶

Para governador, o vitorioso foi Leopoldo Amorim da Silva Neves⁷ que, com a deposição de Getúlio Vargas e o retorno ao regime democrático, havia sido eleito deputado pelo Amazonas à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), participando dos trabalhos constituintes. Leopoldo Neves elegeu-se por uma aliança esdrúxula entre seu partido (o PTB) e a UDN (União Democrática Nacional), que elegeu Manoel Severiano Nunes para o Senado e abriu

2 DINIZ, Almir. *Imortais do Amazonas*: Dicionário Biográfico. Manaus: Uirapuru, 2002, p.162.

3 COELHO. *Vozes da Amazônia*, p.13.

4 SANTOS, Francisco Jorge et al. *Cem anos de Imprensa no Amazonas*. Manaus, 1990. DUARTE, Durango. *Imprensa Amazonense*: chantagem, politicagem, lama. Manaus: DDC Comunicações, 2015.

5 A eleição realizou-se no primeiro domingo após 120 dias contados da promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil pela Assembleia Nacional Constituinte ocorrida em 18 de setembro de 1946. Na ocasião, realizaram-se as primeiras eleições diretas para governadores e deputados que comporiam a Assembleia Constituinte e para os cargos de terceiro senador e seu suplente (mandato de quatro anos); suplentes dos senadores eleitos em 1945 (mandato de oito anos); e deputados federais (para completar as bancadas estaduais).

6 Virgílio Filho, Arthur, 1921-1987. Arthur Virgílio Filho/texto e organização de Mário Adolfo – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p.60.

7 Leopoldo Neves nasceu em Manaus, em 1898, tendo morrido em novembro de 1953. Dicionário Biográfico Amazonense. 317/320.

espaço para a posse dos suplentes Manuel Anunciação e Alexandre Carvalho Leal na Câmara Federal. Essa aliança tinha ainda o objetivo de derrotar o PSD de Álvaro Maia, que ainda dominava a cena política naquele período, tendo eleito dois senadores constituintes e três deputados na eleição ocorrida em fins de 1945.

A vitória de Leopoldo Neves foi contestada na Justiça Eleitoral por seus adversários políticos: entre fevereiro e maio, o governo foi exercido por João Nogueira da Mata, presidente do Conselho Administrativo do Estado. Mas, após obter ganho de causa, Leopoldo Neves deixou a Câmara e foi empossado na chefia do governo.⁸ Neves não chegou ao término de seu mandato: seis meses antes, se desincompatibiliza do cargo com o intuito de concorrer ao Senado. O resultado dessa eleição acabou por acarretar diversas dificuldades ao governador petebista, uma vez que a UDN conseguiu dominar a Assembleia Legislativa Estadual elegendo quinze deputados, enquanto o PTB possuía apenas cinco.⁹

No início dos anos 50, a redução do interesse externo pela goma elástica não foi compensada pelo aumento do consumo interno diante do crescimento de uma indústria nacional embrionária. Todavia, mantinha-se a esperança na possibilidade de reabilitação econômica da borracha em face de seu emprego crescente na elaboração de artefatos e insumos. Ademais, insistia-se na aplicação de recursos advindos de projetos federais de incentivos fiscais, quase todos direcionados naquele momento ao estado vizinho do Pará.¹⁰

Nesse contexto, Plínio Coelho foi eleito deputado federal em outubro de 1950, tendo apoiado a candidatura de Álvaro Botelho Maia¹¹ para o lugar de Leopoldo Neves no governo do Amazonas, pela coligação do PSD com o Partido Democrata Cristão (PDC). Essa aliança, denominada Frente Libertadora, contou ainda com o apoio de Getúlio Vargas. Contudo, Plínio não tardara a romper a aliança com Maia, assumindo a liderança da oposição e tornando-se o mais duro crítico do alvarismo.¹² Diante de tamanha crise, Coelho apresenta no Congresso Nacional, em conjunto com os deputados Antônio Maia, Pereira da Silva, Rui Araújo, Jayme Araújo e Paulo Nery, o Projeto de Lei nº 3.310-A, que criava o porto franco em Manaus, capital do Amazonas. A criação de um porto franco na cidade tinha como objetivo superar as “dificuldades geográficas do meio e da solidariedade continental” e representaria “um dever de solidariedade internacional para o Brasil oferecer a esses países [vizinhos] um modo de corrigir suas dificuldades de comércio”.¹³

Nas eleições de outubro de 1954, Plínio Ramos Coelho se elege governador do estado pelo PTB, derrotando Rui Araújo, candidato da coligação formada pela UDN, PSD, PDC e PTN, e selando a derrota de Álvaro Maia. Essa eleição, vencida por Plínio por apertada margem de votos, colocou em lados opostos as forças políticas que se formaram e consolidaram durante o Estado Novo – tendo em Álvaro Maia seu principal expoente – o trabalhismo representado pela ousadia de Plínio Coelho, um dos mais jovens governadores do país (tinha apenas 34 anos).¹⁴ Segundo Etelvina Garcia, a eleição de Plínio Coelho representava o rompimento

8 CPDOC/FGV.

9 SANTOS, Eloína. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: Edua, 1997, p.131.

10 Sobre isso, ver: SILVA, José Lopes. *Amazonas: do extrativismo à industrialização*. Manaus: Valer, 2011, p.394.

11 Sobre Álvaro Maia, ver: SANTOS. *Uma liderança política cabocla*.

12 GARCIA, Etelvina. *Manaus, referências da História*. Manaus: Norma Editora, 2012, p.101-102.

13 SILVA. *Amazonas*, p.401-402.

14 Para Eloína Santos, a vitória de Plínio Coelho evidencia o crescimento político do PTB, que ganhava forças desde 1946, e marca o afastamento do poder do PSD e da liderança de Álvaro Maia, que ainda tentara por duas vezes retornar à atividade política (em 1958 e 1962), só conseguindo ser nomeado senador pela Arena após o golpe de 1964, vindo a falecer durante o mandato. SANTOS. *Uma liderança política cabocla*, p.142.

da estrutura de poder que se consolidara no Amazonas a partir de 1930 com a liderança de Álvaro Maia.¹⁵ O grau de tensão gerado por tal ruptura do sistema de forças políticas no estado pode ser percebido se observarmos as precauções verificadas a partir do acionamento das forças públicas no sentido de garantir a posse do novo governador: o vespertino *A Tarde*, a pedido do gabinete do governador em exercício, deputado Perseverando da Trindade Garcia, publicara que

(...) de ordem do Exm.º Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, a partir de o hora do dia 29 do corrente a guarda do Palácio Rio Negro e a manutenção da ordem pública nesta capital ficarão sob as ordens do Exm.º Sr. Cel. Comte. da Guarnição Federal do Amazonas.¹⁶

Na mesma edição do jornal, em nota do Comando da Guarnição Federal do Amazonas, afirmava-se que “(...) em cumprimento a uma ordem do Exm.º Sr. Presidente da República, a guarda do Palácio Rio Negro e a manutenção da ordem pública desta capital ficarão a cargo do Comte. da Guarnição Federal do Amazonas, a partir de o hora do dia 29 de janeiro de 1955”.

A posse do novo governador e a perspectiva de consolidação do projeto político dos trabalhistas¹⁷ provocavam grande receio entre as elites locais: a proximidade histórica dos trabalhistas com o meio sindical ameaçava a manutenção das elites no poder. A preocupação verificada na posse de Plínio Coelho¹⁸ em seu primeiro mandato talvez possa lançar luzes sobre o desfecho do segundo. Segundo Maria Celina D’Araújo, o antigo PTB foi o partido que mais cresceu eleitoralmente de 1945 até 1962 junto a uma crescente atuação na área sindical.¹⁹

A situação econômica do estado do Amazonas naquele momento era bastante delicada: em meio à crise da economia gomífera, a capacidade de investir e mesmo arcar com as despesas ordinárias estava bastante comprometida. Em sua primeira mensagem à Assembleia Legislativa, Coelho ressaltava a precária situação das finanças e afirmava que “a situação do Estado é a de uma massa falida, (...) mas, ajudado pelo Capital privado, irei criar o clima de pleno emprego, a fim de que todos tenham trabalho conforme suas aptidões”.²⁰

A herança deixada pelo governo de Álvaro Maia era constantemente referida, uma vez que o governo anterior havia deixado Cr\$ 2.714,00 em dinheiro nos cofres do Tesouro e Cr\$ 600.000.000,00 em obrigações a pagar. Além disso, deixara uma situação na qual o “funcionário público estadual e municipal sem dinheiro, sem pão e com salários atrasados”²¹. E as reclamações eram várias:

Os bairros pobres completamente abandonados e entregues às moscas, sem água, sem luz, sem transporte, sem vias de acesso transitáveis. Solução do governo: pedido de intervenção federal, cerceadora de nossa soberania²².

15 GARCIA. *Manaus, referências da História*, p.101-102.

16 *A Tarde*, Manaus, 29 jan. 1955.

17 Para Jorge Ferreira, a “institucionalização do projeto, tenha sido a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país”. FERREIRA, Jorge Luiz. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge Luiz (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 79.

18 Para Márcio Souza, esse era o representante do populismo na política local, que viria a reorganizar, após o Estado Novo, mesmo que temporariamente, a administração do Estado. (SOUZA, 1978, p.149)

19 D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.15.

20 Mensagem, 15 de março de 1955.

21 *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 ago. 1958.

22 *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 ago. 1958.

Com uma plataforma que ressaltava a necessidade de moralização da administração pública, pautando-se nas propostas de “paz, moralidade, justiça e progresso”,²³ criticava duramente o governo anterior que teria se caracterizado por uma cruzada em prol dos “primos felizes”.²⁴ Assim, propriedades públicas como carros, motores e telefones que se encontravam em poder de particulares foram retomados pela administração pública, gerando grande insatisfação entre os opositores. Ademais, inicia uma série de cortes no funcionalismo público com a finalidade de afastar do poder esses setores ligados a Álvaro Maia (os “primos felizes”). Quanto a isso, em mensagem à Assembleia, afirma que foi “obrigado a cortar na própria carne, exonerando centenas de servidores públicos”.²⁵ Tais medidas acabam por gerar um grande descontentamento entre os partidários de Álvaro Maia que passam a criticar as arbitrariedades de Plínio Coelho e denunciar perseguição política.

Imersa no ideário trabalhista, a administração de Plínio Coelho no governo do estado do Amazonas foi marcada por investimentos na área da infraestrutura, incentivando a industrialização; por um conjunto de medidas econômicas de impacto – como a criação do Banco do Estado do Amazonas²⁶ – e por políticas assistencialistas voltadas para as classes populares.²⁷

Em mensagem à Assembleia Legislativa, o governante mencionava que

Na capital, devem ser montados serviços essenciais que tenham por mira as massas obreiras que vivem nos bairros e lutam nas fábricas, usinas, oficinas, escritórios, balcões e no porto. Com esse objetivo será criado um fundo de assistência social, que receba a receita proveniente da Casa Popular, da taxa lotérica, das dotações orçamentárias do Estado e da União. Os serviços a serem instalados com esse fundo compreenderão desde as agências de emprego, até a assistência jurídica gratuita, desde as vendas de terras a construções e financiamento de casas populares. Os sindicatos e associações serão convocados para essa obra.²⁸

Coelho iniciara a implantação de um programa nacionalista, estatista e popular em cuja administração as lideranças sindicais eram chamadas a participar ativamente. Silva chega a referir-se ao governo de Coelho como um tipo de “socialismo caboclo”, caracterizado pela aplicação de uma “teoria getulista centrada em um falso socialismo” e baseado em uma política de intervenção do Estado em sua política econômica e no assistencialismo como fator de desenvolvimento social.²⁹ O PTB vinha logrando o êxito de obter grande aceitação entre os trabalhadores

23 *Diário da Tarde*, Manaus, 1 fev. 1955.

24 Expressão constantemente utilizada no periódico *Diário da Tarde*.

25 Mensagem, 15 mar. 1955.

26 No dia 20 de maio de 1958, o periódico *A Crítica* noticiava a inauguração do Banco do Estado do Amazonas pelo governador Plínio Coelho. A criação do banco significaria uma “grande arrancada pela libertação econômica do nosso Estado e o início da marcha encetada pela administração trabalhista em prol do progresso financeiro do Amazonas. É o povo e o governo... é o humilde e o homem de fortuna... é a própria massa que exulta com a criação deste estabelecimento, que possibilitará ao Amazonas financiar suas próprias fontes econômicas, colaborar para maior incremento de sua própria produção”. *A Crítica*, Manaus, 20 mai. 1958.

27 Ver HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. “Habitar na cidade: provisão estatal da moradia em Manaus, de 1943 a 1975”. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2014).

28 Mensagem, 1955, p.63-64.

29 SILVA. *Amazonas*, p.419.

urbanos de várias partes do país.³⁰ No Amazonas, o chamamento dos sindicatos para colaborarem na obra de reconstrução do estado remete à ideia de um “pacto trabalhista”. Segundo Gomes, por meio deste,

procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um todo-poderoso Estado, nem uma classe passiva, porque fraca numérica e politicamente. [...] Os benefícios materiais ‘oferecidos’ e implementados [...], bem como a própria forma com que vêm revestidos, serão ‘recebidos’ e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências.³¹

A opção pelo estímulo à industrialização como forma de recuperar a economia regional fica evidente nas mensagens do governador do Estado à Assembleia Legislativa. Plínio Coelho demonstra nítido interesse em incentivar por meio de políticas públicas a instalação de estabelecimentos que poderiam receber “favores constitucionais conferidos às indústrias nascentes que acaso fossem instaladas no estado, em convite, destarte, aos capitais nacionais e estrangeiros que aqui desejassem (...) imprimir novos rumos à nossa economia”.³² Em mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa no ano de 1955, critica a insistência com o extrativismo e defende o beneficiamento das matérias-primas ao afirmar que

Até hoje nada se fez pelo aproveitamento da enorme quantidade de madeiras que permanecem altaneiras e verdejantes, como a zombar da incapacidade do homem amazônico em utilizá-las como fontes inesgotáveis de riquezas (...) Se deixarmos o setor agropecuário e olharmos para o que diz respeito às atividades industriais, sentiremos que a realidade é estarrecedora. Salvo algumas serrarias e a fábrica de fiação e tecelagem de juta, esta insuficiente para consumir sequer 10% da produção total de fibras, o resto é o extrativismo antieconômico e dilapidador do patrimônio florestal (...) Ainda antes de minha posse na chefia do Executivo fui honrado com um convite para pronunciar uma conferência na Federação das Indústrias de São Paulo. A oportunidade do contato com os capitães da produção daquele grande estado, ensejou-me a felicidade de lhes fazer sentir as imensuráveis condições que o Amazonas oferece às inversões de capital na industrialização de suas matérias-primas.³³

Tal opção pela industrialização tem reflexos na poesia de Plínio Coelho. No poema *Que é do patrimônio pátrio?*, percebe-se o papel que o Estado deveria exercer no estímulo ao desenvolvimento industrial:

Formam as estatais outra estrutura
E a industrialização nos aproxima
De uma mentalidade que, madura,
Faria a independência que se encima.³⁴

30 FORTES, Alexandre. “O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano”. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.13, n.2, p.61-86, 2007, p.70.

31 GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n.2 (1996): pp.31-58, p.54. Não concordo com as conclusões da autora no que se refere à substituição do termo populismo por pacto trabalhista. Todavia, no âmbito desta pesquisa, a intenção é salientar a consolidação das propostas trabalhistas no estado do Amazonas e o desconforto que a aplicação de tal ideário provocou na elite local.

32 Mensagem, 1958, p.8.

33 Mensagem, 1955, p.84/87.

34 COELHO, Plínio Ramos. “Que é do patrimônio pátrio?”. In: COELHO. *Vozes da Amazônia*, p.159.

Seu governo apostou na criação de empresas estatais que direcionariam os investimentos privados aplicando-os em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico regional. Eram as *Amazons*: a *Alimentamazon*, responsável pelo controle e distribuição da produção agropecuária e pelas indústrias de transformação das matérias-primas criadas a partir dessa atividade primária; a *Papelamazon*, responsável pelo aproveitamento dos recursos florestais para a produção de papel e celulose; e a *Transportamazon*, cuja finalidade era a viabilização de transportes aéreos, fluviais e terrestres.³⁵

Contudo, a opção pelo desenvolvimento econômico a partir do crescimento da atividade industrial gerou um forte desgaste de Plínio junto às classes conservadoras e à elite tradicional amazonense, a ponto de já ter perdido o apoio da maioria do Legislativo já em seu primeiro ano de mandato. O jornal *Diário da Tarde* constatava, em março de 1956, que o “Legislativo encontra-se dividido em dois blocos, com a mesma força e com a mesma expressão numérica, isto é, 15 deputados da situação e 15 da oposição”.³⁶ Ademais, se envolveu em um embate com a nova direção da Associação Comercial do Amazonas (ACA). Em abril de 1956, foi eleito para a Presidência da ACA, Isaac Benaion Sabbá,³⁷ um membro da UDN, o que resultou no início de uma crise entre a entidade e o Executivo estadual. Não admitindo que a Presidência de uma associação tão importante caísse nas mãos da oposição, Coelho inicia uma série de retaliações contra a entidade, retirando subsídios de que gozava a associação, o que a obrigou a extinguir vários serviços prestados para adequar as despesas aos recursos. Decretou ainda, por meio da Secretaria de Finanças, o congelamento dos repasses de meio por cento sobre os produtos exportados.³⁸ Essa queda de braços entre a ACA e o Executivo estadual criou enormes dificuldades políticas ao governo de Plínio. Naquele momento,

a cidade está dividida. O caso da Associação Comercial criou dois campos. Um defende o Sr. Secretário de Finanças e o outro a existência da ACA. E preparem-se ambos para ver o desenrolar da batalha e aclamar o vencedor.³⁹

Em nota oficial publicada no *Diário da Tarde*, o governo justificava tal medida argumentando que o ato foi “praticado em obediência à lei que determina prestação de contas por parte dessa entidade patronal”.⁴⁰ Tamanho desgaste levou a um enfraquecimento da até então forte influência de Plínio sobre as ações dos trabalhistas. Tal enfraquecimento pode ser verificado no processo de indicação de seu sucessor nas eleições para o governo do Estado no ano de 1958. Plínio havia firmado um acordo com o senador Vivaldo Lima que deveria ser o candidato à sucessão no Executivo estadual. Entretanto, a direção do partido acabou indicando o nome de Gilberto Mestrinho, que justamente começara sua carreira política ao ser indicado por Plínio Coelho para assumir a Prefeitura de Manaus em setembro de 1956 e que, ao deixar o cargo, ocupara o cargo de secretário de

35 ROLIM, Amarildo Rodrigues. “Do sonho à realidade: os ideais trabalhistas de desenvolvimento econômico para o Amazonas nas décadas de 50 e 60 do século XX”. (Manaus, 2006, Dissertação de Mestrado/PPGSCA, p.20).

36 *Diário da Tarde*, Manaus, 13 mar. 1956.

37 Isaac Benaion Sabbá foi eleito presidente da Associação Comercial do Amazonas para o biênio (1957/1958), tendo Ermínio Fernandes Barbosa e José Ribeiro Soares como primeiro e segundo vice-presidentes, respectivamente. FERREIRA FILHO, Cosme. *Associação Comercial do Amazonas: Primeiro Centenário da ACA*. Ed.: Umberto Calderaro, 1971, p.156.

38 ROLIM. “Do sonho à realidade”, p.113.

39 *Diário da Tarde*, Manaus, 13 abr. 1956.

40 *Diário da Tarde*, Manaus, 17 abr. 1956.

Economia e Finanças no governo estadual. O *Diário da Tarde* assim noticiava a escolha do Partido Trabalhista Brasileiro para a sucessão ao Executivo:

Plínio Ramos Coelho, em reunião com as principais lideranças do partido. Elas manifestam a indicação do nome do professor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo para governo, apesar do acordo entre Plínio Ramos Coelho e o senador Vivaldo Lima.⁴¹

Acreditamos que o desgaste e o enfraquecimento político ocorridos durante o primeiro governo de Plínio tiveram influência no momento de sua deposição, após o golpe de 1964, considerando que os fatores e rivalidades locais se somaram aos elementos da conjuntura nacional e provocaram a oportunidade de sua deposição. Durante a campanha de Gilberto Mestrinho para o governo do Estado, observamos diversas referências da oposição vinculada à Frente Democrática Popular (FDP) à figura de Plínio Coelho, chamado pejorativamente de “Plínio, o louco”, ou de “Plínio, o propineiro”.⁴²

A despeito da disputa em torno da sucessão de Plínio e da preferência deste pelo nome de Vivaldo Lima, na campanha eleitoral de Mestrinho percebe-se claramente a opção por enfatizar a continuidade da “obra de Plínio, o carinho de Plínio para com a ‘gentinha’”⁴³. Torna-se interessante observar que o PTB assumira a alcunha de “partido da gentinha”, utilizada para depreciá-lo. Para D’Araújo, a prática governista associada a uma crescente atuação na área sindical rendeu ao partido “certa plasticidade, permitindo identificá-lo como um ‘partido dos pobres no poder’”.⁴⁴

Assim, Mestrinho se colocava como continuador da obra de seu antecessor e aliado afirmando que “desde que Plínio Coelho assumiu o governo não mais houve, não há e nem haverá, na administração pública do Amazonas, lugar e oportunidade para safadezas”.⁴⁵

A despeito da ênfase na continuidade do projeto de Plínio Coelho, Silva salienta as diferenças entre os dois governos, destacando que Mestrinho “diferentemente de seu antecessor, acreditava na força do mercado que exige a eficiência, e não somente o lucro, ou seja, a produtividade, que significa produzir mais com menos esforço”.⁴⁶

Insistia-se, ainda, que com “Gilberto Mestrinho, o governo trabalhista continuara o mesmo roteiro de trabalho e realizações pela valorização econômica de nosso estado, do bem estar do povo, de tranquilidade para o funcionalismo”.⁴⁷ Do mesmo modo, a figura de Getúlio Vargas era constantemente invocada, sendo realizados comícios em sua memória

Verão os trabalhadores de riso estampado nas faces verão crianças felizes sentirão corações em festa vivendo Vargas, vivendo Plínio, vivendo Gilberto, vivendo o Vivaldo, vivendo o ‘partido da gentinha’, vivendo o glorioso Partido Trabalhista Brasileiro.⁴⁸

41 *Diário da Tarde*, Manaus, 14 jan. 1957.

42 *Diário da Tarde*, Manaus, 14 jan. 1957.

43 *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 ago. 1958.

44 D’ARAÚJO. *Sindicatos, Carisma e Poder*, p.15.

45 *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 ago. 1958.

46 SILVA. *Amazonas*, p.419.

47 *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 ago. 1958.

48 *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 ago. 1958.

As referências a Vargas eram constantes entre os trabalhistas amazonenses e aparecem mesmo nas poesias de Plínio Coelho. *Lembrando Trinta* e *Saudades da Senzala* são poemas que buscam enfatizar o legado de Vargas e seu compromisso com a classe trabalhadora. Em *Saudades da Senzala*, percebe-se o tom jocoso de Coelho ao mencionar a preocupação das elites em acabar com o legado de Vargas:

É preciso acabar (é certo) com a doença
Que o ditador GETÚLIO (há tempos) nos legou
De que a paz verdadeira está (Ó! Doce crença!)
Em tornar ao obreiro o que o patrão tirou!⁴⁹

Essa associação com a figura de Vargas em torno do partido está relacionada à construção de um imaginário popular por meio do qual tal ligação é transformada muitas vezes em argumento de autoridade autoexplicativo onde o

personalismo, doutrina e ideologia, associados a bom desempenho nas urnas e a facilidades junto aos sindicatos e ao poder, fizeram do velho partido um caso excepcional de sucesso. Por trás desse sucesso sempre esteve um certo tom heroico atribuído ao fato de que, a exemplo de Vargas, elegia o trabalhador como interlocutor e como alvo de suas ações.⁵⁰

Tal associação inevitavelmente remete à presença de uma personalidade dominante, um líder carismático, no processo de fundação do partido, promovendo o estabelecimento de uma identidade entre sua imagem pessoal e a do partido. Ao mesmo tempo em que confere legitimidade e autoridade ao discurso político, a referência a Vargas alude a um aparato ideológico e uma base social específica, buscando potencializar o carisma pessoal de quem empresta autoridade e legitimidade ao discurso partidário. Neste sentido, a gênese do PTB é indissociável da figura de Getúlio Vargas, o líder que estabeleceu sua base social e definiu seus objetivos. Percebendo a apropriação da figura de Vargas pelos discursos trabalhistas, a oposição – organizada na Frente Democrática Popular – criticava “a falta de escrúpulos na exploração contínua da respeitável memória de Getúlio Vargas nos comícios políticos e na imprensa onde, quais hienas famintas, eles revolvem o seu túmulo, buscando refúgio para o merecido repúdio que nesta oportunidade lhes devota o povo amazonense”.⁵¹

No governo de Mestrinho, a consolidação do trabalhismo no Amazonas se intensifica⁵² com o fortalecimento das relações do governo com as lideranças sindicais locais, principalmente dos estivadores. As várias greves ocorridas em seu governo – como a dos estivadores, que paralisaram o porto de Manaus, ou a dos motoristas e choferes, em 1961 –, a proteção que as polícias civil e militar dispensavam aos cordões grevistas e o apoio dado pelo próprio Mestrinho aos movimentos – como no episódio em que Mestrinho passou aplaudindo a paralisação dos motoristas na Avenida Eduardo Ribeiro – teriam causado desconforto às elites.

49 COELHO. *Voices da Amazônia*, p.162.

50 D'ARAÚJO. *Sindicatos, Carisma e Poder*, p.15.

51 *A Crítica*, Manaus, 20 maio 1958.

52 Segundo Alzira Vargas, o objetivo inicial de ser um anteparo para os operários teria falhado principalmente porque “o PTB foi formado na base de homens e não de ideias, como, aliás, quase todos os partidos daquela época. Os homens se juntavam em torno de alguém que sabiam que ia dirigi-los [...] Do ponto de vista doutrinário não havia propriamente uma convicção trabalhista”. D'ARAÚJO. *Sindicatos, Carisma e Poder*, p.22.

O apoio de Mestrinho às greves e aos sindicatos pode ser compreendido se entendermos o trabalhismo no bojo das tradições nacional-estatistas criadas pelas classes populares da América Latina e das lutas sociais reformistas, nas quais “o recurso da greve e das manifestações, mais ou menos amparadas, às vezes protegidas e estimuladas, não raro contidas, e até mesmo reprimidas, segundo as conjunturas, pelos governos”.⁵³ Assim, tal desconforto com essa proteção dada às greves por Mestrinho pode ser percebido na crítica que o desembargador Oyama Ituassu faz à inércia das autoridades estaduais que, segundo ele, não procuravam obstaculizar as agitações:

Houve instantes em que se chegou a temer um choque violento entre forças policiais e as do Exército, motivado pela resistência daquelas à presença de tropas militares para garantia dos que desejavam trabalhar. As greves se sucediam por motivos os mais pueris e justamente nos setores mais essenciais à coletividade, sem que as autoridades estaduais obstaculizassem o processo implantado de agitação, ou procurassem solucioná-lo.⁵⁴

Todavia, embora filiados ao mesmo partido, Mestrinho acaba por afastar-se de Plínio Coelho e o rompimento entre os dois, acarretado pela disputa da liderança partidária do PTB e pelo comando do bloco situacionista, dividiu a política amazonense entre os partidários de um e de outro.

Em outubro de 1962, com o apoio do então deputado federal Arthur Virgílio Filho, Plínio Ramos Coelho elegeu-se mais uma vez governador do Amazonas, derrotando Paulo Nery, apoiado pelo PSD e pela UDN. Às vésperas da eleição, Arthur Virgílio manifestava a certeza de que Plínio Coelho seria reconduzido pela segunda vez ao Palácio Rio Negro, com “larga margem de votos na capital e no interior”. Segundo ele,

O PTB, junto com seus tradicionais aliados – PSD e PSB –, demonstrou em dois pleitos contar com o apoio da maioria do eleitorado amazonense. Em 1954 e em 1958, vencemos uma poderosa e coesa coligação oposicionista. No pleito de outubro, a nossa posição ainda é mais favorável. O PTB, unificado, conta também com o apoio dos mais prestigiosos elementos do PSD, da UDN, do PSP, do PDC e do PL, que integraram a oposição naquelas eleições. Foram conosco, ao lado de Gilberto Mestrinho e de Plínio Coelho, entre outros. Se a vitória em 1954 e em 1958 nos sorriu, quando apenas as forças trabalhistas enfrentaram os adversários, só muita ingenuidade poderá pensar que perderemos agora, quando fortalecem nossa luta os prestigiosos políticos que acabei de citar, em cuja relação inclui valorosos deputados que passaram a apoiar o ilustre governador Gilberto Mestrinho desde 1959, como Sérgio Pessoa Neto, Augusto Montenegro, Tércio Araújo da Silva, Dédimo Soares e Isaac de Oliveira Sabbá.⁵⁵

O trabalhismo amazonense se consolidava no cenário político local e criava a perspectiva de um terceiro mandato no governo estadual. A oposição se desarticulava uma vez que, se UDN e PSD lançavam o nome de Paulo Nery como

53 REIS FILHO, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; GOMES, A. M. C.; Neves, L.de A.; Capelato, M.H.R. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377.

54 ITUASSU, Oyama. *O Colonialismo e a escravidão humana*. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Governo do Estado do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2007, p.108.

55 Perfis Parlamentares, Arthur Virgílio Filho, p.60.

candidato, diversos quadros partidários demonstravam seu apoio ao candidato do PTB. No limite, tal hegemonia pode ser verificada até os dias atuais, quando observamos a perpetuação de herdeiros políticos dessas lideranças no poder uma vez que, desde o retorno das eleições governamentais, em 1982, o Amazonas tem sido governado por um grupo pequeno e relativamente fechado de políticos que ora se aliam, ora se opõem, tendo como patriarca o ex-governador Gilberto Mestrinho. Em tal cenário, pode-se verificar uma dinâmica política regional mais atrelada ao movimento de poder no âmbito federal marcada por uma forte presença do governo federal no estado, por causa das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e a ocupação territorial. Segundo Toni e Villarroel,

essa percepção se dá pelo fato de que, no Amazonas, o poder do governador é muito forte e o setor econômico privado é fraco demais para se contrapor ao poder político estadual. Essa configuração ocorre porque os centros decisórios das empresas que atuam no estado – na Zona Franca de Manaus – ficam em outros estados brasileiros ou, até mesmo, fora do território nacional.⁵⁶

Todavia, verificamos que os embates levados a cabo em seu primeiro governo geraram um desgaste no prestígio de Plínio Coelho, que passou a sofrer fortes críticas de alguns veículos de imprensa e mesmo de correligionários do PTB. O periódico *Diário da Tarde* dava como certa a vitória eleitoral de Paulo Nery, pois “o povo do interior já considera Paulo Nery governador eleito do Amazonas”.⁵⁷ O apoio dado por Plínio Coelho a Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960 para não fortalecer os rivais locais ao apoiar Henrique Lott, candidato do PSD, levou a que muitas lideranças trabalhistas acusassem-no de traidor do partido. Em carta publicada no *Diário da Tarde* e endereçada ao então candidato Plínio Coelho, essa traição era demonstrada da seguinte forma:

O Sr. traiu, compadre, o nosso PTB, abandonando os candidatos nacionais, Lott e Jango, para apoiar os candidatos da UDN. Está provada, não é compadre, essa traição?⁵⁸

Mesmo depois do golpe, é possível observar um estranhamento entre Plínio Coelho e algumas lideranças do PTB. Em nota publicada no *Jornal do Commercio*, na qual elogiava a ação das forças armadas no combate à ação desagregadora das ideologias extremistas, o Partido Libertador ressaltava o apoio do governador ao partido para que o mesmo não se tornasse um “caldo de cultura à fermentação subversiva do Sr. João Goulart”, afirmando ainda que, no comício do dia 13 de março, o presidente teria declarado que não começaria a campanha das reformas pelo Amazonas por “não contar com o apoio do governador Plínio Coelho”.⁵⁹

A despeito de tudo isso, Plínio Ramos Coelho foi eleito pela segunda vez governador do estado do Amazonas. E a situação financeira do Estado continuava bastante precária. Gilberto Mestrinho, em sua última mensagem à Assembleia, no ano de 1962, já lamentava as dificuldades econômicas que o Estado atravessava:

56 VILLARROEL, Larissa Carolina Loureiro; TONI, Fabiano. “Política e meio ambiente: a inclusão das unidades de conservação na agenda de governo do estado do Amazonas”. *Raízes*, v.32, n.1, jan-jun/2012, p.99.

57 *Diário da Tarde*, Manaus, 23 ago. 1962.

58 *Diário da Tarde*, Manaus, 27 ago. 1962.

59 *Jornal do Commercio*, Manaus, 4 abr. 1964.

Conhecem Vossas Excelências a estrutura econômica. As nossas atividades representativas de riqueza e que dão trabalho ao homem baseiam-se nos produtos naturais, destinados à exportação, na borracha, com o seu comércio controlado pelo Governo Central, por força do monopólio exercido através do Banco de Crédito da Amazônia e na produção de juta, fornecida como matéria-prima, sem liberdade de tentar mercados externos e sujeita a condições várias, prejudiciais aos nossos interesses.⁶⁰

Em mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa às vésperas do golpe, Plínio ressaltava a necessidade de promover ajustes na economia a fim de superar o incômodo *deficit* fiscal que afligia as finanças públicas e equilibrar financeiramente o Estado.

Como não ignoram vossas excelências, ao assumirmos o Governo do Estado a Receita prevista era de CR\$ 2.232.116.600,00 e a despesa se fixava em CR\$ 2.837.177.070,00, evidenciando-se um *deficit* de 605.061.070,00. Para fazer face a uma conjuntura assim, impor-se-iam quatro medidas: aumento dos impostos e taxas; melhor e mais atuante fiscalização para evitar contrabando e outras fraudes; eliminação drástica das receitas supérfluas e elevação dos preços dos produtos regionais. [...] Talvez por isso, alcançamos de 31 de janeiro de 1963 a Receita de CR\$ 4.417.102.791,00.⁶¹

A crise econômica que assolava o Estado, o desequilíbrio fiscal e o desgaste político enfrentado por Plínio Coelho, que enfrentava pesadas críticas não só dos partidos de oposição mas também daqueles que há pouco eram importantes aliados, formavam um quadro de instabilidade política regional que se somaria aos eventos que rapidamente selariam os destinos políticos do país. Vinícius do Amaral destaca que, como no restante do país, as agitações promovidas pelos movimentos sociais no período imediatamente anterior ao golpe assustavam os elementos mais tradicionais da sociedade e eram tidas como “fruto da escravidão ideológica dos líderes sindicais para com o marxismo e o trabalhismo de Coelho e Mestrinho”.⁶²

Com o golpe de 1964 e a deposição do presidente João Goulart, o governador Plínio Coelho passa por uma situação bastante delicada. Em meio a notícias sobre uma possível “renúncia” do presidente e críticas às “tentativas de bolchevização” do país e aos “maus brasileiros” que, tendo como pretexto as reformas de base, “pretendem subverter o regime democrático, com a mudança de nossas instituições”,⁶³ a imprensa noticiava que, desde 25 de março, Anfremon D’Amazonas Monteiro havia assumido o governo em virtude da “ausência do respectivo titular, o excelentíssimo doutor Plínio Coelho” que se encontrava no Rio de Janeiro, onde se encontraria com o presidente João Goulart a fim de “tratar de assuntos de interesse do Estado”. Diante dos acontecimentos, em entrevista à Rádio Nacional, Plínio Coelho informara que iria antecipar seu regresso para o Amazonas.

Após a deposição do presidente pelas “forças democráticas”, o próximo passo seria dar início a uma “operação limpeza” a fim de “proceder a higienização da vida pública brasileira” e o desmonte do “esquema subversivo que se encontra[va]

60 Mensagem à Assembleia Legislativa. 15 mar. 1962.

61 Mensagem à Assembleia Legislativa. 15 mar. 1964.

62 AMARAL, Vinícius Alves do. “Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966)”. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. V.5, n.3 (set/dez 2013). Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013, p.136.

63 *Jornal do Commercio*, Manaus, 2 abr. 1964.

montado, ameaçando os alicerces do regime”. E era justamente com esse título, “operação limpeza”, que o *Jornal do Commercio*, periódico pertencente ao grupo dos *Diários Associados*, noticiava a necessidade de “destruição dessa máquina vi-ciada” sem “falsos pruridos legalistas”. Na mesma edição, noticiava a perda de mandatos para todos os “parlamentares comunistas”.⁶⁴

A Associação Comercial do Amazonas (ACA), antigo desafeto do governa-dor, fez publicar uma nota no *Jornal do Commercio* convidando seus associados para participarem de uma concentração cívica no Largo São Sebastião com a fi-nalidade de manifestar o “regozijo da sociedade amazonense pela superação do clima de insegurança que contagiava a nação”, agradecendo o gesto de coragem e de patriotismo das forças armadas. Nesse dia, as entidades patronais solicita-ram que os estabelecimentos industriais e comerciais encerrassem suas atividades às 12:00 para que os trabalhadores pudessem comparecer à “Concentração pela Democracia e contra o Comunismo”, ocasião em que seria prestada uma home-nagem às gloriosas forças armadas.⁶⁵

Diante deste novo quadro, o governador em exercício, Anfremon Monteiro, enviou um telegrama ao Palácio do Planalto confraternizando-se com o então presidente Ranieri Mazzilli.

É-me honroso acusar o telegrama de Vossa Excelência de dois do corrente, em que comunicou-me haver sido investido no elevado posto de primeiro magistrado da Nação, em decorrência da vacância verificada na Presidência da República, de conformidade com o mandamento da Constituição Federal. Ao agradecer a honra e a gentileza da comunicação, formulo votos em meu nome pessoal, no do governador Plínio Coelho, que se encontra ausente defendendo os interesses do Es-tado junto aos altos poderes da União, e no do povo amazonense, para que o eminente compatriota, com descortínio e patriotismo que lhe são peculiares, se constitua, ao exercer tão elevada investidura, numa sen-tinela avançada da democracia em nosso país e como garantia de dias promissores e de paz para o povo brasileiro.⁶⁶

A ausência de Plínio Coelho no comando do Executivo – cuja chegada era aguardada para o dia 9 de abril – e a situação política nacional causavam intranqui-lidade em seus aliados sobre a possibilidade de seu retorno ao governo. O prefeito Josué Cláudio de Souza declarou que Plínio Coelho, que foi “um dique contra a desordem comunista, voltará, com a graça de Deus, ainda mais fortificado para bem cumprir os seu deveres em favor da comunidade cristã”.⁶⁷ Contudo, tal de-claração pode soar como uma defesa feita ao governador em um momento em que seu regresso ao cargo estava sob séria ameaça.

Nos dias seguintes, em meio a notícias referentes à eleição do general Castelo Branco, da cassação de parlamentares e da exoneração de funcionários públicos, Assis Chateaubriand publica um editorial intitulado *Dois Cúmplices* no qual acusava o PTB e o PSD de terem dado sustentação a uma estrutura política criada nos “dias negros de Vargas”, afirmando não ser possível realizar a chamada “cruzada rege-neradora deixando intactas as carcaças partidárias que marcavam passo dentro da lama na qual se atolou João Goulart”.⁶⁸

64 *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 abr. 1964.

65 *Jornal do Commercio*, Manaus, 4 abr. 1964.

66 *Jornal do Commercio*, Manaus, 4 abr. 1964.

67 *Jornal do Commercio*, Manaus, 8 abr. 1964.

68 *Jornal do Commercio*, Manaus, 7 abr. 1964.

Ao retornar a Manaus e reassumir a chefia do governo amazonense em uma cerimônia realizada no Palácio Rio Negro, Plínio Coelho fez um discurso no qual declarou que “a revolução fez ressurgir um Brasil mais autêntico e liberto da pequena minoria que queria implantar em nosso país um regime comuno-social-castrista” e que o movimento que culminou com a deposição de João Goulart foi “uma revolução de elevado sentido histórico, igual somente a que nos libertou da querida pátria portuguesa”.⁶⁹ Tal discurso destoava de sua declaração às rádios da Guanabara no dia primeiro, quando defendera o presidente João Goulart daquilo que considerava uma quartelada e se colocava ao lado da realização das reformas de base. Segundo ele:

Ontem fomos contrários ao presidente da República no que infringia a Constituição e hoje somos contrários aos que indisciplinam contra o eleito pelo povo. As reformas de base sairão com a certeza da infalibilidade de um dia que dá a outro dia.⁷⁰

Talvez o encontro de Plínio Coelho com o ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, possa explicar tão rápida mudança de posicionamento do governador do Amazonas. Após o golpe, Plínio teria procurado o general amazonense Sizen Sarmento que teria acertado um encontro com Costa e Silva. Durante esse encontro, o ministro da Guerra teria lhe dito que “seu mandato é o que lhe conferiu o povo e ninguém lhe tocará nesse mandato. Vá para seu estado e ajude-nos a que a autoridade seja respeitada”.⁷¹ O teor do restante da conversa não foi mencionado no discurso do governador, mas a preocupação com a manutenção do mandato fica evidenciada neste breve trecho. Assim, após envio de telegrama felicitando Humberto Castelo Branco pela eleição e atribuindo-lhe a tarefa de ser o “pacificador do Brasil pela consolidação da revolução vitoriosa que banhou nossa pátria”, Plínio Coelho se licencia novamente de seu cargo e viaja para a posse do novo presidente.⁷²

Essa nova situação levou a que o secretariado do governo, chefes, subchefes e diretores de repartições estaduais enviassem ofício solicitando sua exoneração coletiva tendo como justificativa a “necessidade de reformar a máquina administrativa, para a execução da nova etapa de seu programa de governo”.⁷³ O objetivo seria adequar o secretariado aos novos postulados da “revolução”, bem como o descontentamento de muitos aliados e a escolha do novo secretariado seria feita de comum acordo com o Comando da Guarnição Federal. Na posse do novo secretariado, ocorreu uma situação que evidencia o isolamento de Plínio Coelho: na solenidade de posse do novo secretariado, marcada para maio no Palácio Rio Negro, só compareceram e assinaram os termos de posse Francisco de Assis Portela, Mário Jorge Couto Lopes e Amazonas Palhano. Os demais indicados não compareceram à solenidade o que levou o governador a afirmar que publicaria um ato que tornaria sem efeito as demais nomeações.⁷⁴ Na ocasião, o governador pronunciou discurso no qual reafirmava a intenção de “cumprir as determinações do presidente da República” e criticou aqueles que buscavam “levantar calúnias

69 *Jornal do Commercio*, Manaus, 10 abr. 1964.

70 *Jornal do Commercio*, Manaus, 10 abr. 1964.

71 *Jornal do Commercio*, Manaus, 10 abr. 1964.

72 *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 abr. 1964.

73 *Jornal do Commercio*, Manaus, 7 abr. 1964.

74 Não compareceram à solenidade os Srs. Joaquim Igrejas Lopes, Teófilo Marinho, Fueth Paulo Mourão, Vinícius Dias da Rocha, José Augusto Teles de Borborema, Olavo Farias, David Alves Melo, Saulo Monte Serrat e Aristophano Antony.

contra sua administração, tentando implicá-lo com o Comando Revolucionário”.⁷⁵ A forma intempestiva como Plínio reagiu às ausências do secretariado causou sérias repercussões: alguns dos indicados que não compareceram à solenidade reagiram às críticas e ao ato de Plínio e publicaram notas na imprensa amazonense a fim de esclarecer suas posições. São os casos do coronel Joaquim Igrejas Lopes – que havia faltado à solenidade em razão de uma viagem à Guanabara, na qual submeteria os nomes ao Comando da Guarnição Federal e que declinou publicamente do convite por não achar ser possível superar os desentendimentos sem a “quebra de sua dignidade e sem me indispor com meus colegas de farda” – e de David Mello – que alegou aguardar uma posição do Comando Militar para dar sua posição sobre a aceitação ou não do cargo de chefe de Polícia.⁷⁶

Naquele contexto, marcado pelas cassações de deputados e governadores, Plínio Coelho recebe um convite para ir a Brasília com o propósito de discutir “problemas referentes ao Amazonas”.⁷⁷ O encarregado de fazer o convite ao governador foi o deputado Paulo Coelho que, quando perguntado sobre detalhes da reunião, teria respondido de forma enigmática: “Papagaio que está trocando as penas não fala”.⁷⁸ Um convite desse tipo em um momento marcado por uma forte expectativa em torno da divulgação de uma nova lista de deputados e governadores cassados podia não ser um bom presságio para o governador do Amazonas, que devia estar sob forte pressão. Os periódicos divulgavam que a lista não havia sido publicada no *Diário Oficial*, mas havia a informação de que políticos amazonenses seriam cassados.⁷⁹

A Vice-Presidência da Assembleia Legislativa já estava vaga em função da cassação do deputado Arlindo Porto e, pelas informações que circulavam informalmente, mais cabeças estavam por rolar. A substituição de Arlindo Porto na mesa diretora gerou mais uma crise institucional para Plínio Coelho uma vez que a oposição desejava sem sucesso ocupar o posto vago, tendo publicado uma nota de desagravo nos periódicos da capital. Diante dessa nova crise do governo, a imprensa especulava que a “reforma revolucionária” atingiria também a Assembleia Legislativa, com a renúncia da mesa diretiva e das lideranças partidárias.⁸⁰ A oposição começava a ganhar força no estado e a causa da “revolução” parecia unir deputados da oposição e do governo: no início de maio, o deputado Dorval Vieira, da UDN, apresentou um projeto que conferia o título de “Cidadão do Amazonas” ao general César Moniz de Aragão, um dos chefes da “Revolução Vitoriosa”. Quando entrou em votação, o deputado João Valério, líder do governo na Assembleia, apresentou emenda que estendia o título de Cidadão do Amazonas aos generais Castelo Branco, Amaury Kruel, Olimpo Mourão Filho e Orlando Ramagem.⁸¹ O projeto foi aprovado por unanimidade pelo plenário da Assembleia Legislativa.

Em 14 de maio, Plínio Coelho volta a se licenciar da chefia do Executivo a fim de viajar para a capital para encontrar-se com o presidente. Ao viajar para Brasília, o *Jornal do Commercio* estampa a seguinte manchete: “Estaria iminente o ‘impeachment’ de Plínio”.⁸² O jornal alegava que vários fatos apontavam para a iminência de

75 *Jornal do Commercio*, Manaus, 14 maio 1964.

76 *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 maio 1964.

77 *Jornal do Commercio*, Manaus, 8 maio 1964.

78 *Jornal do Commercio*, Manaus, 9 maio 1964.

79 *Jornal do Commercio*, Manaus, 7 maio 1964.

80 *Jornal do Commercio*, Manaus, 10 maio 1964.

81 *Jornal do Commercio*, Manaus, 12 maio 1964.

82 *Jornal do Commercio*, Manaus, 16 maio 1964.

sua deposição. Na sessão da Assembleia Legislativa do dia 15 de maio, verificou-se a ausência em plenário dos deputados que compunham a maioria do governo e, pela cidade, circulavam diversos ‘boatos’ que apontavam para a decretação do *impeachment* do governador pela própria Assembleia Legislativa do Estado. O jornal mencionava que periódicos do Rio especulavam que os próximos a serem depostos seriam os governadores Plínio Coelho (AM) e Petrônio Portela (PI).⁸³

Diante de tantos boatos e especulações, Plínio Coelho, após retornar de seu encontro com Castelo Branco, reuniu-se com três emissoras locais, no Palácio Rio Negro, para falar acerca da situação que se apresentava. Falando sobre a possibilidade de *impeachment*, disse que se reunira com o general Orlando Ramage e que o mesmo lhe dissera que não havia nenhuma instrução da parte do Comando da Guarnição Federal, e que a iniciativa partira dos mesmos adversários políticos que, em 1954, lhe fizeram oposição e que os deputados estaduais Theomário Pinto, Joel Ferreira da Silva, João Valério e Francisco Cavalcante haviam sido interpelados pelo major Felix e pelo capitão Amazonas com o objetivo de assinarem um pedido de *impeachment* do governador e que o mesmo já continha as assinaturas de Andrade Neto e Aguiar Correia. O governador declarou ainda que:

Enquanto não houver ato do presidente da República, reagirei à mão armada a qualquer cerceamento de meu direito. Estou pronto para defender o meu mandato.⁸⁴

Na reunião com Castelo Branco, Plínio teria saído com a impressão de que tudo estava na mais “plena harmonia”. Tanto que, em ligação para o governador em exercício, Anfremon Monteiro teria lhe dito que estava “tudo azul”.⁸⁵ Contudo, a relação de Plínio com Brasília não estava tão tranquila quanto ele esperava: no dia 23, o governador Plínio Coelho recebeu telegrama do gabinete da Presidência da República solicitando que o governador desmentisse com urgência a notícia de que o ministro da Guerra, Arthur Costa e Silva, iria punir oficiais que se envolvessem nos rumos da política amazonense.⁸⁶

Nessa situação de incertezas, Plínio Coelho – que recebera mais dez dias de afastamento do cargo⁸⁷ – recebeu o apoio de uma comitiva de funcionários públicos que se dirigiram ao Palácio Rio Negro para lhe prestar solidariedade, de vários prefeitos do interior e do procurador geral do Estado, Adriano de Queiroz, que enviou telegrama ao presidente da República demonstrando seu apoio ao governador, por colocar-se “em defesa da ordem da conservação do princípio da autoridade em solo amazonense, havendo sido o primeiro chefe de governo a denunciar as atividades subversivas do CGT”.⁸⁸ Recebeu ainda um “voto de confiança” do Tribunal de Justiça do Estado, que enviou ao governador um ofício no qual reconheciam em Plínio Coelho um “governante provector, digno de confiança do povo que o elegeu e sempre devotado à sua formação democrática”.⁸⁹

Todavia, o apoio de sua base legislativa ia enfraquecendo: no dia 27, os deputados Bernardo Cabral e Abdala Sahdo, duas importantes lideranças petebistas, se pronunciaram declarando que, a partir daquele momento, não mais pertenceriam

83 *Jornal do Commercio*, Manaus, 16 maio 1964.

84 *Jornal do Commercio*, Manaus, 16 maio 1964.

85 *Jornal do Commercio*, Manaus, 22 maio 1964.

86 *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 maio 1964.

87 *Jornal do Commercio*, Manaus, 27 maio 1964.

88 *Jornal do Commercio*, Manaus, 21 maio 1964.

89 *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 maio 1964.

ao bloco parlamentar de apoio ao governador Plínio Ramos. Os dois disseram que prestariam maiores esclarecimentos sobre sua saída da base governista após o retorno do governador ao estado.⁹⁰

No começo de junho, em meio a notícias sobre a situação insustentável do governador Aurélio do Carmo, no Pará, Plínio Coelho se deparava com denúncias de corrupção em torno da constituição de uma sociedade anônima com o nome de ‘Paranauari’ por parte de deputados da oposição parlamentar. Para responder às críticas, o governador reuniu a imprensa e afirmou que

Se examinarmos no fundo de toda essa agitação política na crise amazonense, verificaremos que a motivação essencial é a de grupos econômicos.

Em verdade, com a nossa vitória eleitoral em 1954, rompemos os arcabouços das velhas estruturas e fincamos no chão os marcos definitivos da nossa marcha para o futuro.⁹¹

Justificando a constituição da empresa, o governador afirmou que foi com os objetivos de “aproveitar o calcário, fazer o aproveitamento das madeiras mediante serrarias e transformar a madeira de pau-rosa em essência”.⁹²

Finalmente, em 14 de junho, o governador Plínio Coelho teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. A informação foi trazida pelo general Jurandir Mamede, que veio a Manaus especialmente para transmitir a notícia sobre a perda de seu mandato. A notícia foi dada enquanto o governador Plínio Coelho participava da cerimônia de abertura do VIII Festival Folclórico do Amazonas, no Estádio General Osório.⁹³

Dois dias depois da deposição de Plínio, em 16 de junho, Arthur César Ferreira Reis foi eleito governador do Amazonas pela Assembleia Legislativa. As manchetes da imprensa amazonense apontavam para uma era de “novas perspectivas para o Amazonas”.⁹⁴ Era o fim do governo de Plínio Ramos Coelho e o início dos embates entre governador deposto e o novo governante do Estado. Creio ser impossível analisar a deposição de Plínio Coelho sem levar em conta os inúmeros enfrentamentos e desafetos adquiridos ao longo de sua trajetória política. Sua deposição acabou sendo o resultado de uma comunhão de interesses entre as elites locais e os novos governantes na esfera nacional.

Recebido em 27/07/2016

Aprovado em 30/10/2016

90 *Jornal do Commercio*, Manaus, 27 maio 1964.

91 *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 jun. 1964.

92 *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 jun. 1964.

93 *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 jun. 1964.

94 *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 jun. 1964.

